

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Mobilização e pressão arrancam a aprovação de reajuste salarial

Depois de muita pressão e mobilização da nossa categoria, com sucessivas idas à Assembleia Legislativa organizadas pela APEOESP, os Deputados Estaduais aprovaram na noite desta terça-feira, 13/3, o Projeto de Lei Complementar 1/2018, que institui reajuste salarial de 7% para os professores e professoras, 4% para a polícia e 3,5% para os demais servidores públicos estaduais. Foram debatidas as emendas apresentadas pelas bancadas de oposição, algumas delas elaboradas pela APEOESP. Infelizmente, a maioria de Deputados e Deputadas alinhados (as) rejeitou as emendas que poderiam igualar o reajuste para todos em 7%, data-base em janeiro, índice mínimo de reajuste anual aos professores igual ao do piso nacional, equiparação salarial de acordo com a meta 17 do Plano Estadual de Educação, entre outras.

Importante ressaltar que a decisão do governador, de encaminhar à ALESF projeto de lei para mais 3,5% de reajuste para Diretores de escolas e Supervisores também contou com o esforço da APEOESP. A Presidenta do Sindicato, professora Bebel, fez essa defesa no



colégio de líderes em 6/3 e junto ao líder do Governo, Deputado Barros Munhoz, assim como defendeu o mesmo reajuste para os funcionários das escolas, infelizmente não contemplados.

A APEOESP considera o reajuste de 7% insuficiente, mas ele foi encaminhado pelo Governador como resultado da nossa luta, que conquistou na justiça 10.15% de reajuste.

Aprovados os 7%, pediremos agora ao judiciário que obrigue o governo a executar os 10.15%. O

governo protelou a execução, mas perdeu recursos em todas as instâncias do judiciário. Vai ter que pagar. Os dois reajustes, combinados, perfazem em torno de 18% de reajuste. Queremos a reposição de nossas perdas salariais de 24%, na perspectiva do cumprimento da meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação.

A luta da APEOESP não para. Continuaremos defendendo os direitos da nossa categoria e a qualidade da educação pública no estado de São Paulo.